



Uma empresa do grupo Liberty Mutual

INDIANA SEGUROS S.A.

C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A Indiana Seguros S.A. faz parte do Grupo HDI, aqui representado pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguradora, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (inicialmente denominada Somp Consumer Seguradora), uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. **Resultados e Evolução patrimonial:** A Indiana Seguros registrou o total de R\$ 137 milhões de prêmios emitidos no exercício de 2024 e

lucro líquido de R\$ 29,5 milhões. Para sustentar essa operação, a Indiana Seguros conta com ativos de R\$ 1 bilhão e reservas de R\$ 345 milhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. A prioridade da companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Declaração sobre capacidade financeira:** A companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Governança**

corporativa: Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de compliance e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação básica)

BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Demonstração do resultado do exercício			
Circulante		386.175	496.070	Circulante		254.415	365.684	Prêmios emitidos	18.1	136.640	324.232
Disponível		720	4.606	Contas a pagar	12	6.898	12.781	(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	18.2	81.192	(30.220)
Caixa e bancos		720	4.606	Obrigações a pagar		1.302	1.151	(=) Prêmios ganhos		217.832	294.012
Aplicações	5	215.655	244.333	Impostos e encargos sociais a recolher		1.046	2.053	(-) Sinistros ocorridos	18.3	(104.672)	(172.497)
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	88.788	125.311	Impostos e contribuições		2.020	828	(-) Custos de aquisição	18.4	(77.339)	(102.420)
Prêmios a receber	6b	73.684	113.750	Outras contas a pagar		2.530	8.749	(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	18.5	5.658	2.337
Operações com seguradoras		48	181	Débitos de operações com seguros e resseguros	13	36.506	56.020	(-) Resultado com resseguro	18.6	(12.703)	(13)
Operações com resseguradoras		15.056	11.380	Prêmios a restituir		1.261	1.213	(+) Receita com resseguro		26.543	31.722
Outros créditos operacionais		4.851	6.564	Operações com seguradoras		2.031	2.514	(-) Despesa com resseguro		(40.889)	(36.904)
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	24.640	43.197	Operações com resseguradoras		9.105	17.401	(-) Outros resultados com resseguro		1.643	5.169
Títulos e créditos a receber	8	1.712	2.315	Corretores de seguros e resseguros		27.048	33.482	(-) Despesas administrativas	18.7.1	(22.482)	(29.822)
Títulos e créditos a receber	8.1	501	178	Outros débitos operacionais		(2.939)	1.410	(-) Despesas com tributos	18.8	(8.153)	(10.696)
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	1.106	1.938	Depósitos de terceiros	14	12.554	5.649	(+) Resultado financeiro	18.9	50.876	42.282
Outros créditos		105	199	Provisões técnicas - seguros	15	198.457	291.234	(+) Resultado patrimonial		(19)	(19)
Outros valores e bens	9a	617	466	Danos		197.822	290.620	(=) Resultado antes dos impostos e participações		48.998	23.164
Bens à venda		598	447	Pessoas		635	614	(+/-) Imposto de renda	18.10	(12.018)	(5.614)
Outros valores		19	19	Passivo não circulante		406.492	406.516	(+/-) Contribuição social	18.10	(7.448)	(3.541)
Despesas antecipadas		12	11	Contas a pagar	12	1.861	2.541	(=) Lucro líquido do exercício		29.532	14.009
Custos de aquisição diferidos	10	49.180	69.267	Tributos diferidos		209	247	(/) Quantidade de ações	17	37.548.261	37.548.261
Seguros		49.180	69.267	Outras contas a pagar		1.652	2.294	(=) Lucro líquido por ação básica (em reais)		0,79	0,37
Ativo não circulante		659.704	642.323	Débitos das operações com seguros e resseguros	13	2	13	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Realizável a longo prazo		658.876	641.342	Corretores de seguros e resseguros		2	13	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Aplicações	5	253.943	244.744	Provisões técnicas - seguros	15	146.586	159.906	Demonstração do resultado abrangente		31/12/2024	31/12/2023
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	6	49	Danos		145.670	158.775	Lucro líquido do exercício		29.532	14.009
Prêmios a receber	6b	6	49	Pessoas		916	1.131	Outras receitas abrangentes			
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	24.066	23.507	Outros débitos	16	258.043	244.056	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(18.221)	21.064
Títulos e créditos a receber	8	324.038	304.875	Provisões judiciais		258.043	244.056	Imposto de renda sobre componentes de outras receitas abrangentes		7.289	(8.426)
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	68.121	66.922	Patrimônio líquido	17	384.972	366.193	Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(10.932)	12.638
Depósitos judiciais e fiscais	16	255.917	237.953	Capital social		311.199	311.199	Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		18.600	26.647
Custos de aquisição diferidos	10	56.823	68.167	Reservas de capital		44	44	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Seguros		56.823	68.167	Reservas de reavaliação		340	397	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
Investimentos		102	121	Reservas de lucros		86.582	56.814	Demonstração de fluxo de caixa - método indireto		31/12/2024	31/12/2023
Imóveis destinados à venda		102	121	Ajuste de avaliação patrimonial		(13.193)	(2.261)	Lucro líquido do exercício		29.532	14.009
Imobilizado	11	726	860	Total do Passivo		1.045.879	1.138.393	Ajustes para:			
Imóveis de uso próprio		726	860					Depreciações e amortizações		153	226
Total do Ativo		1.045.879	1.138.393					(Perda)/Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos		(880)	695
								Adoção Inicial CPC 48		179	-
										28.984	14.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
			Reserva de reavaliação	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	311.199	44	454	29.545	13.203	(14.900)	339.545
Reserva de reavaliação:							
Realização	-	-	(57)	-	-	-	57
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	12.639	-	12.639
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.009	14.009
Reservas estatutárias	-	-	-	13.366	-	(13.366)	-
Reserva legal	-	-	-	-	700	(700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	311.199	44	397	42.911	13.903	(2.261)	366.193
Ajuste adoção CPC 48	-	-	-	-	-	179	179
Reserva de reavaliação:							
Realização	-	-	(57)	-	-	57	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(10.932)	-	(10.932)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	29.532	29.532
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	28.291	-	(28.291)	-
Reserva legal	-	-	-	-	1.477	(1.477)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	311.199	44	340	71.202	15.380	(13.193)	384.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

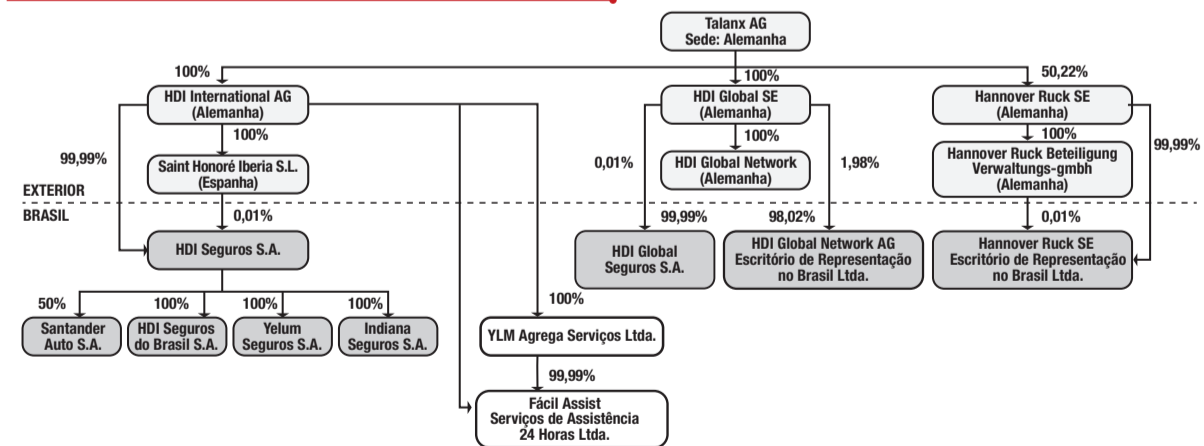
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Indiana Seguros S.A. (doravante "Seguradora") foi constituída em 18 de maio de 1945, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e de vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. No dia 27 de maio de 2023, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Participação (EPA - Equity Purchase Agreement) com a Talanx AG, HDI International AG, Saint Honoré Iberia S.A., Liberty UK and Europe Holdings Limited e YLM International Holdings Inc. Através do EPA, (i) a Companhia adquiriu 99,99% do capital da YLM International Brasil Ltda., que é detentora de 100% das ações emitidas pela Yelum Seguros S.A. e 100% das ações emitidas pela Indiana Seguros S.A., e (ii) a Saint Honoré Iberia S.L. (acionista minoritária da Companhia) adquiriu uma participação não controladora de 0,01% do capital da YLM International Brasil Ltda. Após a aprovação da

transação por parte da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e o cumprimento de todas as condições precedentes, o fechamento ocorreu em 22 de novembro de 2023. A Companhia a partir desse momento é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. Em 31 de janeiro de 2024, a HDI Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da YLM International Brasil Ltda (Controlada) pela HDI Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.603606/2024-92, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 4/2024/DIR1/SUSEP, na data de 23 de fevereiro de 2024. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificativa de incorporação, em 1º de maio de 2024 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada YLM International Brasil Ltda, pela sua controladora HDI Seguros S.A. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Seguradora:

prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.6 - Ativo intangível; • Notas 3.7 e 15 - Provisões técnicas; • Notas 3.12 e 16 - Provisões judiciais/Contingências; e • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.4. Novas normas e interpretações:** 2.4.1. **Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **2.4.2. Novas normas e interpretações adotadas: a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024: CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros e (II) redução ao valor recuperável (impairment). **Transição para o CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas à classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. (I) **Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:** O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test) para a classificação de ativos financeiros. • **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; • **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: • As categorias de classificação de ativos financeiros mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir; • Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros; • **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis, Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e • **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os derivativos e ativos financeiros mantidos para negociação. • As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. • A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 25 fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 fevereiro de 2025. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por

meio de outros resultados abrangentes; • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

anteriormente. **(II) Redução ao Valor Recuperável (impairment):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios, a depender da situação inicial no momento da compra do ativo e da situação atual de capacidade de pagamento da contraparte: **Estágio 1** - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses; calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses; este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontravam em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2** - (*Life-long calculation*) Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro; neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3** - Perda esperada a partir do valor de mercado: Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada de crédito, desta forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir de seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior. **Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48:**

	01/01/2024		01/01/2024	
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido	
Saldo Inicial de acordo com o CPC38		366.193		366.193
Modificação de ativos financeiros	(a)	179		179
Total dos ajustes		366.372		366.372

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023. Sobre o valor registrado de adoção inicial (R\$ 179) foi calculado impostos de R\$ 27 de CSLL e R\$ 45 de IRPJ. **Reconciliação dos ativos financeiros entre CPC 38 e CPC 48:**

	CPC 38		CPC 48	
	01/01/2024		01/01/2024	
	Saldo	Reclassi- ficacoes	Remen- suracoes	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	Contábil	(463.406)	(25.671)	contábil
Certificado de depósito bancário (CDB)	13.002	–	(13.002)	–
Debêntures	40.286	(27.617)	(12.669)	–
Quotas de fundos de investimento	7.003	(7.003)	–	–
Letras financeiras do tesouro (LFT)	5.051	(5.051)	–	–
Letras do tesouro nacional (LTN)	220.043	(220.043)	–	–
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	203.639	(203.639)	–	–
Outras Aplicações	–	–	–	–
(Fundo Reserva IRB)	53	(53)	–	–
Empréstimos e recebíveis	121.031	(121.031)	–	–
Prêmios a receber de segurados	113.799	(113.799)	–	–
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	11.561	(11.561)	–	–
(-) Redução ao valor recuperável	(4.329)	4.329	–	–
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	–	7.003	26.135	33.138
Certificado de depósito bancário (CDB)	–	–	13.002	13.002
Debêntures	–	–	13.133	13.133
Quotas de fundos de investimento	–	7.003	–	7.003
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	456.403	–	456.403
Certificados de depósito bancário (CDB)	–	–	–	–
Debêntures	–	27.617	–	27.617
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	5.051	–	5.051
Letras do tesouro nacional (LTN)	–	220.043	–	220.043
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	–	203.639	–	203.639
Outras Aplicações (Fundo Reserva IRB)	–	53	–	53
Custo amortizado	–	121.031	(285)	120.746
Prêmios a receber de segurados	–	113.799	–	113.799
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	–	11.561	–	11.561
(-) Redução ao valor recuperável	–	(4.329)	(285)	(4.614)
Total de ativos financeiros	610.108	–	179	610.287

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv) Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a

aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI Test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorpore previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando triggers (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, AA+ -> AA -> AA-) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar, as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos e adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. É reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis - 25 anos, móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.6 Ativos Intangíveis:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos hardwares e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG-RVE é calculada pelo método *"pro rata die"* com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o complemento da PPNG-RVE, dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos já vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) é constituída com base em metodologia atuarial para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência, considerando a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo aviso à Seguradora, utilizando-se triângulos de *run-off* para o período de 24 trimestres, podendo ainda ser aplicado um fator de agravo caso a estimativa seja inferior à necessidade de provisionamento do grupo analisado, em função de ainda existir pouco histórico de dados para fins de IBNR. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter - Ferguson (BF)) para estimativa do IBNP - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas prefixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção orçamentária que é projetada com base na expectativa de crescimento em prêmios ou sinistros da Companhia, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas a sinistros já incorridos, considerando as despesas adicionais (ALAE) e não aloáveis (ULAE). Para o cálculo da PDR Provisão de ULAE, foi adotado o critério de aplicação de percentuais esperados de despesas, obtido a partir do estudo do histórico de despesas observadas da companhia por grupo de ramo, sobre o saldo total de provisões técnicas de sinistros com defasagem. Para estimativa das Despesas Aloáveis (ALAE) e de Sucumbência, é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes despesas alocadas ou de sucumbência, para a obtenção da estimativa das despesas

ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off*, no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas e metodologia de Bornhuetter - Ferguson (BF). **3.8 Testes de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/2022, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para a opção Pré-Fixada, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os Impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP de prêmios registrados foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, IBNR e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 44,07% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O Resultado do fluxo de "sinistro a ocorrer" do TAP está apresentado abaixo:

Grupo de Ramo	Provisões Contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel	47.795	36.769	(11.026)
Patrimonial	30.345	15.185	(15.160)
Responsabilidades	2.848	1.599	(1.249)
Transportes	642	380	(262)
Rural	76.852	22.391	(54.461)
Pessoal	7	(1)	(8)
Total	158.489	76.323	(82.166)

3.9 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.12 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou quando os acordos são celebrados. **3.13 Classificação dos contratos de seguros:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta a diversos tipos de risco, classificados em: risco de seguro ou subscrição; risco financeiro, composto por risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado; e risco operacional. A estratégia de gestão de riscos é orientada pela estratégia de negócios e pela capacidade de absorver riscos, conforme o nível de solvência. Com base na natureza e materialidade de cada risco, adota-se um processo de gestão adequado e monitora-se, de forma integrada, o desempenho e os valores dos negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estruturas de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros tem se tornado cada vez mais volátil, complexo e competitivo, o que tem levado à evolução das práticas de gestão de riscos, alinhando-as a esse novo cenário. A Companhia acredita que um gerenciamento de riscos abrangente e integrador, que envolva o Conselho, Executivos e Stakeholders, pode proporcionar uma vantagem competitiva. A estratégia de gestão de riscos é derivada da estratégia de negócios e envolve a participação dos diversos níveis organizacionais, conforme as responsabilidades atribuídas a cada cargo, com base em políticas e diretrizes que consideram a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Participam deste processo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Também integra a estrutura uma área de gestão de riscos, controles internos, atuando na segunda linha de defesa, a qual monitora a exposição da Companhia a riscos. Conforme o Estatuto Social da Companhia e em atendimento à Resolução CNSP nº 416/21, a Indiana Seguros S.A. utiliza o Comitê de Auditoria instituído por sua controladora HDI Seguros S.A. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. Adicionalmente, o Conselho da Administração se reúne periodicamente com o Presidente e os Vice-Presidentes para acompanhar a implementação da estratégia e fazer correções táticas necessárias. Essas reuniões têm caráter executivo, ou seja, são discutidos os resultados da Companhia e assuntos relevantes para a tomada de decisões, incluindo a Gestão de Riscos, sempre que se fizer necessário alinhar medidas entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Além disso, a Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos. **4.1 Gestão de risco de seguro/subscrição:** A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que gera uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação à sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta principalmente de: • Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistros em relação às expectativas previstas. • Precificação ou subscrição inadequada de riscos. • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Provisões técnicas



★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

inadequadas. **Estratégia de subscrição:** O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfis, histórico das carteiras e outras variáveis. O principal segmento de gestão de riscos de seguros é o de seguros de danos. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém um controle estrito de suas regras de subscrição com intensa utilização de tecnologia para garantir a adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP nº 432/21 e normas complementares, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP. **Estratégia de resseguro:** Com o objetivo de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, foi definida uma política de resseguro, que é revisada, no mínimo, semestralmente. As diretrizes de resseguro estabelecem os riscos a serem ressegurados (incluindo limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), os critérios para escolha das resseguradoras e os parâmetros para distribuição dos resseguros. Os contratos de resseguros firmados contemplam condições proporcionais e não proporcionais, visando reduzir a exposição a riscos isolados e a riscos de natureza catastrófica. Além disso, há a colocação de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. É importante destacar que as retenções fixadas nos contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados em conformidade com a legislação vigente. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. **Prêmios de seguros por região e grupo de ramos:** A tabela a seguir compreende os prêmios de seguros emitidos e RVNE, líquidos de cancelamentos e restituições por região e grupo de ramos onde a Companhia opera:

Região geográfica	Bruto de resseguro em 31/12/2024										31/12/2023			
	Auto-móvel	%	Rural	%	Demais Ramos	%	Trans-portes	%	Patri-monial	%	Total	%	Total	%
Centro-Oeste	3.842	8%	13.918	19%	326	5%	(464)	144%	1.546	6%	19.168	14%	46.600	14%
Nordeste	6.719	15%	4.196	8%	319	5%	(12)	7%	2.217	7%	13.439	10%	33.415	10%
Norte	1.537	3%	1.975	4%	74	1%	66	-34%	233	1%	3.885	3%	12.649	4%
Sudeste	20.079	44%	13.230	30%	3.970	56%	614	143%	15.500	59%	53.393	39%	139.748	44%
Sul	13.243	29%	22.109	39%	2.389	34%	1.970	-160%	7.044	27%	46.755	34%	91.820	28%
Total	45.420	100%	55.428	100%	7.078	100%	2.174	100%	26.540	100%	136.640	100%	324.232	100%

Região geográfica	Líquido de resseguro em 31/12/2024										31/12/2023			
	Auto-móvel	%	Rural	%	Demais Ramos	%	Trans-portes	%	Patri-monial	%	Total	%	Total	%
Centro-Oeste	2.950	9%	11.589	32%	315	6%	(464)	4%	1.183	9%	15.573	14%	43.201	16%
Nordeste	5.769	18%	3.674	8%	311	7%	(12)	5%	1.691	8%	11.433	10%	28.862	11%
Norte	1.404	7%	1.716	4%	72	2%	66	4%	181	1%	3.439	3%	11.895	4%
Sudeste	18.555	38%	9.792	20%	1.986	57%	222	68%	10.770	50%	41.325	37%	104.478	38%
Sul	12.517	28%	18.469	36%	2.360	28%	1.970	19%	5.751	32%	41.067	36%	83.761	31%
Total	41.195	100%	45.240	100%	5.044	100%	1.782	100%	19.576	100%	112.837	100%	272.197	100%

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade na data de levantamento das demonstrações financeiras:

Ramo atuação	31/12/2024			
	Prêmio Ganho bruto de resseguro	Prêmio Ganho líquido de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade líquido de resseguro
Automóvel	71.711	60.978	717	610
Demais Ramos	16.570	13.147	166	131
Patrimonial	47.286	29.259	473	293
Rural	73.896	69.487	739	695
Transportes	8.368	4.871	84	49
Total	217.831	177.742	2.178	1.777

Ramo atuação	31/12/2023			
	Prêmio Ganho bruto de resseguro	Prêmio Ganho líquido de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade líquido de resseguro
Automóvel	85.277	73.153	853	732
Demais Ramos	21.439	19.700	214	197
Patrimonial	56.949	39.922	569	399
Rural	91.206	88.098	912	881
Transportes	39.066	36.258	391	363
Vida	75	75	1	1
Total	294.012	257.206	2.940	2.572

4.2 Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos no curto prazo, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência estratégias de investimentos para otimizar o resultado da carteira bem como manter os recursos necessários para honrar as obrigações da Companhia, inclusive indicando novos aportes de capital, se necessário. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o período de expiração do risco dos contratos de seguro.

Fluxos de caixa contratuais não descontados:

Composição da carteira	Até 31/12/2024			Até 31/12/2023		
	1 ano de 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo contábil	1 ano de 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo contábil
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro						
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	-	60.554	60.554	13.002	20.136	33.138
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	-	-	13.002	-	13.002
Debêntures	-	27.247	27.247	-	13.133	13.133
Quotas de fundos de investimento	-	33.307	33.307	-	7.003	7.003
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	182.348	226.696	409.044	224.275	231.664	455.939
Títulos de renda fixa privados	-	-	-	-	27.153	27.153
Títulos de renda fixa públicos	182.348	226.696	409.044	224.275	204.458	428.733
Outros	-	-	-	-	-	-
Fundos e reservas retidos pelo IRB	-	-	-	-	53	53
- Recebíveis						
Prêmios a receber de segurados	73.684	6	73.690	113.750	49	113.799
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	15.104	-	15.104	11.561	-	11.561
Outros créditos operacionais	4.851	-	4.851	6.564	-	6.564
- Ativos de resseguro	24.640	24.066	48.706	43.197	23.507	66.704
- Títulos e créditos a receber	501	-	501	178	-	178
- Outros créditos	105	-	105	199	-	199
- Outros valores e bens	617	-	617	466	-	466
- Depósitos judiciais e fiscais	-	255.917	255.917	-	-	237.953
- Disponível e equivalentes de caixa	720	-	720	4.606	-	4.606
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	302.570	567.239	869.809	417.798	275.356	931.107
Passivos						
Contas a pagar	6.898	1.861	8.759	12.781	2.541	15.322
Débitos de operações com seguros e resseguros	36.506	2	36.508	56.020	13	56.033
Provisões técnicas - seguros	198.457	146.586	345.043	291.234	159.906	451.140
Outros débitos - provisões judiciais	-	258.043	258.043	-	244.056	244.056
Total dos passivos	241.861	406.492	648.353	360.035	406.516	766.551

4.3 Risco de mercado: Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia estabelece através de políticas, os limites, processos e uso de ferramentas que viabilizam a gestão do risco de mercado. Os cálculos de risco de mercado são mensurados com base em cenários de stress e na metodologia de *Value at Risk* (VaR), fazendo com que os resultados obtidos permitam o monitoramento dos impactos desse risco e a sua mitigação. O VaR do Portfólio de Investimentos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1,84 milhões ou 0,39% do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. O resultado do teste de stress, nos cenários dados pela B3, é de R\$ 12,43 milhões, ou 2,65% do total das aplicações. **Sensibilidade à taxa de juros:** Para análise de sensibilidade verificamos o resultado da carteira com a oscilação da taxa básica do fator de risco em 100 *basis points*, os quais são demonstrados a seguir para posição em 31 de dezembro de 2024:

Posição	Exposição em R\$	Cenário	Efeito líquido de impostos em R\$	
			(4.380)	4.380
PRÉ	316.730	elevação de 100 bps	4.380	(436)
Cupom de IPCA	32.537	redução de 100 bps	(436)	436
		elevação de 100 bps	(1.019)	1.019
Cupom de IGP-M	19.340	redução de 100 bps	1.019	(2.245)
		elevação de 100 bps	(2.245)	2.245
Selic	55.099	redução de 100 bps	2.245	-

Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou emissor de um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. No que se refere a ativos financeiros, a Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições a esse risco não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito dos ativos financeiros são determinados com base no *rating* de crédito do emissor emitido pelas agências avaliadoras de risco, para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada como baixa. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. O ramo de risco decorrido comercializado é de transporte. No caso do risco de crédito junto às resseguradoras, os requisitos legais determinados pela SUSEP são devidamente respeitados, e a política de resseguro considera os participantes de mercado e resseguradoras com alta qualidade de crédito. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 distribuídos por *rating* de crédito obtidos junto a agências renomadas de *rating* (Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's, entre outras). Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos de condomínios abertos e valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Classificação dos ratings dos ativos financeiros:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Sem rating						Saldo contábil	
	AA-	AAA	A++	A+	A	BB	31/12/2024	31/12/2023
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	-	-	-	15.168	11.242	6.896	33.306
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	-	-	-	-	-	-	13.002
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	13.133
Quotas de fundos de investimento	-	-	-	-	15.168	11.242	6.896	33.306
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	-	-	-	-	-	-	436.292
	-	-	-	-	-	-	-	455.939

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Sem rating					Saldo contábil		
	AA-	AAA	A++	A+	A	BB	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	-	27.247	-	-	-	-	27.247	15.133
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	52.027	-	-	-	-	52.027	5.051
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	198.816	-	-	-	-	198.816	220.043
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	19.369	-	-	-	-	19.369	-
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	25.412	-	-	-	-	25.412	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	113.421	-	-	-	-	113.421	203.639
Outras Aplicações (Fundo Reserva IRB)	-	-	-	-	-	-	-	53
- Recebíveis	2.060	-	731	458	3.001	-	393.961	400.211
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	73.690	113.799
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	-	-	-	-	-	-	15.104	11.561
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-	-	4.851	6.564
- Ativos de resseguro	2.060	-	731	458	3.001	-	42.456	66.704
- Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	501	178
- Outros créditos	-	-	-	-	-	-	105	199
- Outros valores e bens	-	-	-	-	-	-	617	466
- Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	255.917	237.953
- Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	720	4.606
Total do circulante e não circulante	2.060	436.292	731	458	18.169	11.242	400.857	869.809
Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:								

Deduções:	31/12/2024		31/12/2023	
	384.972	366.193		
Despesas antecipadas	-	-	(12)	(11)
Crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa (vide nota explicativa nº 9)	-	-	(379)	(6.305)
Crédito tributário de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	-	-	(57.602)	(45.860)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados	-	-	19.850	22.817
Ajuste do excesso de PLA	-	-	(6.969)	(982)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	339.860	335.852		
Nível 1	320.276	302.597		
Nível 2	19.850	22.818		
Nível 3	6.703	11.419		
Ajuste do excesso de Patrimônio líquido ajustado (PLA) de nível 2 e nível 3	(6.969)	(982)		
Capital de risco (a)	39.170	69.581		
Capital de risco - Subscrição	25.562	57.426		
Capital de risco - Crédito	12.707	13.452		
Correlação	(10.329)	(10.728)		
Capital de risco - Operacional	1.459	1.970		
Capital de risco - Mercado	9.771	7.461		
Capital base - CB (b)	15.000	15.000		
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre (a) ou (b))	39.170	69.581		
Suficiência de capital	300.690			

→ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c. Movimentação dos prêmios a receber de segurados:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	113.799	103.098
Prêmios de seguros diretos	103.144	191.561
Prêmios de cosseguros aceitos	47.195	171.339
Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	(2.937)	2.782
IOF sobre prêmios diretos	3.490	7.178
IOF sobre prêmios diretos recebidos	(4.157)	(6.931)
(+/-) Redução ao valor recuperável	959	488
Recebimentos	(187.803)	(355.716)
Saldo no final do exercício	73.690	113.799

d. Prêmios a receber de segurados por segmento:

Ramo	31/12/2024	31/12/2023	Prazo médio de parcelamento
Automóvel	13.082	22.765	6 meses
Demais ramos	3.072	9.002	1 mês
Rural	41.808	52.573	1 mês
Transportes	7.279	18.035	1 mês
Vida em Grupo	9	36	1 mês
Patrimonial	10.625	14.532	1 mês
Subtotal	75.875	116.943	
(-) Redução ao valor recuperável	(2.185)	(3.144)	
Total	73.690	113.799	
Circulante	73.684	113.750	
Não circulante	6	49	
Total	73.690	113.799	

7. ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a. Ativos de resseguros - provisões técnicas:

Ramo	Ativos de resseguro											
	PPNG		PPNG-RVNE		PSL/PDR		IBNR		IBNER		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel	14.779	21.284	19	22	1.094	1.965	295	50	278	100	16.465	23.421
Patrimonial	7.962	19.024	-	-	6.177	7.050	1.287	929	1.165	1.018	16.591	28.021
Demais Ramos	4.836	6.206	-	-	2.017	2.002	10	-	-	-	6.863	8.208
Transportes	99	3.204	-	-	-	-	-	-	1	-	100	3.204
Rural	7.066	1.723	721	305	450	1.112	347	494	103	214	8.687	3.848
Vida	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Total	34.742	51.443	740	327	9.738	12.129	1.939	1.473	1.547	1.332	48.706	66.704

b. Demonstração do percentual ressegurado

Ramo	Prêmios emitidos líquidos de cosseguro		Prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões (a)		% Ressegurado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Rural	55.428	94.794	10.188	535	18%
Automóvel	45.420	92.931	4.225	14.897	9%	16%
Patrimonial	26.540	72.567	6.964	24.751	26%	34%
Transportes	2.174	38.777	392	4.751	18%	12%
Demais Ramos	7.078	25.120	2.034	7.100	29%	28%
Vida	-	43	-	1	0%	2%
Total	136.640	324.232	23.803	52.035	17%	16%

a) A tabela a seguir demonstra a abertura por resseguradora:

Ressegurador	Classe de Risco (*)	Prêmio cedido		% cedido	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	Eventual A++	1.204	-	5%	0%
HANNOVER RUCKVERSICHERUNG AG	Admitida AA-	219	9.143	1%	18%
LLOYD'S	Eventual AA-	202	189	1%	0%
ODYSSEY REINSURANCE COMPANY	Eventual A+	240	207	1%	0%
LIBERTY MUTUAL INSURANCE COMPANY	Eventual A	42	4.093	0%	8%
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local Sem Rating	3.797	4.249	16%	8%
MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A.	Local Sem Rating	4.344	15.847	18%	31%
AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.	Local Sem Rating	5.563	16.384	23%	31%
SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local Sem Rating	793	1.310	3%	3%
MAPFRE RE DO BRASIL CIA. DE RESSEGURO	Local Sem Rating	7.399	613	31%	1%
Total		23.803	52.035	100%	100%

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

8.1 Títulos e créditos a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber (8.1a)	501	178
Créditos tributários e previdenciários (8.2)	69.227	68.860
Depósitos judiciais (8.1b e 16)	255.917	237.953
Outros créditos	105	199
Outros valores e bens (9a)	617	466
Total	326.367	307.656
Circulante	2.329	2.781
Não circulante	324.038	304.875
Total	326.367	307.656

a. Título e créditos a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber	501	178
Total	501	178

b. Depósitos Judiciais:

	31/12/2024	31/12/2023
Ações tributárias (16)	254.715	236.902
Sinistros judiciais (16)	1.080	918
Ações trabalhistas (16)	120	102
Ações cíveis (16)	2	31
Total	255.917	237.953

8.2 Créditos tributários e previdenciários:

a. Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos diferidos sobre:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	54.683	54.790
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa	379	6.305
Total dos ativos fiscais diferidos (a)	55.062	61.095
Tributos diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	209	247
Tributos diferidos sobre ganhos não realizados	8.794	1.507
Total dos passivos fiscais diferidos (b)	9.003	1.754
Total de tributos diferidos líquido (a-b)	46.059	59.341
Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de IRPJ/CSLL s/prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas	379	6.305
Créditos de IRPJ/CSLL s/PIS e Cofins sobre reservas de sinistro e IBNR	3.657	3.724
Créditos de IRPJ/CSLL a compensar	1.106	1.938
Créditos de IRPJ/CSLL s/ajuste a valor de mercado	8.794	1.507
Créditos de IRPJ/CSLL s/diferenças temporárias	54.683	54.790
Outros créditos tributários	608	596
Total	69.227	68.860
Ativo circulante	1.106	1.938
Ativo não circulante	68.121	66.922
Total	69.227	68.860

b. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social:

Origem das diferenças temporárias	31/12/2024		31/12/2023	
	Base de cálculo	Crédito Tributário	Base de cálculo	Crédito Tributário
Provisões administrativas	2.761	1.104	4.625	1.850
Provisões operacionais	913	365	887	355
Provisões fiscais e encargos sociais	130.109	52.044	127.532	51.013
Provisões para redução ao valor recuperável	2.924	1.169	3.930	1.572
Total	136.707	54.683	136.974	54.790

c. Movimentação dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas
Saldo no início do exercício	136.974	15.337	129.312	24.717
Constituições	-	-	7.662	-
Reversões/Realizações	(267)	(14.817)	-	(9.380)
Saldo no final do exercício	136.707	520	136.974	15.337

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: A companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários será da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Entre 1 e 2 anos	2.924	3.930
Entre 3 a 4 anos	3.674	5.512
Acima de 5 anos	130.109	127.532
Total	136.707	136.974

e. Previsão de realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas:

Períodos	2025	Total
Utilização do crédito		
Prejuízos fiscais e Bases negativas	379	379
Valor Presente do crédito		
Prejuízos fiscais e Bases negativas	379	379

9. OUTROS VALORES E BENS

	31/12/2024	31/12/2023
Salvados a venda (9a)	598	447
Outros valores	19	19
Total	617	466

(a) Abaixo apresentamos os salvados a venda abertos por tempo de registro:

Prazo	31/12/2024	31/12/2023
A) 1 a 30 dias	84	28
B) 31 a 60 dias	38	142
C) 61 a 90 dias	132	106
D) 91 a 120 dias	159	62
E) 121 a 150 dias	32	41
F) 151 a 180 dias	49	-
G) 181 a 210 dias	12	12
H) 211 a 240 dias	9	22
I) 241 a 270 dias	68	-
L) 331 a 365 dias	-	19
N) 545 a 725 dias	-	9
P) Acima de 905 dias	15	4
Demais Ramos	-	2
Total automóvel	598	445
Demais Ramos	-	2
Total	598	447

Os Salvados de automóveis são atualizados mensalmente com base no valor de mercado disponibilizado pela FIPE.

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por comissões de corretagem, agenciamento, representantes de seguros e outros custos de aquisição que apresentam relação direta com contratos de seguro, e apresentam a seguinte composição:

a. Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel	55.989	72.669
Rural	40.782	47.150
Vida	-	13
Demais Ramos	930	3.496
Transportes	158	881
Patrimonial	8.144	13.225
Total	106.003	137.434
Circulante	49.180	69.267
Não circulante	56.823	68.167
Total	106.003	137.434

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para data-base 31 de dezembro 2024, sendo mesmo prazo para 31 de dezembro de 2023. O quadro abaixo demonstra a movimentação do custo de aquisição diferido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024:

b. Movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023		137.434
(+) Constituições		45.908
(-) Diferimento para despesa		(77.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		106.003

11. ATIVO IMOBILIZADO

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023		860
(-) Depreciação		(134)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		726
Taxa anual de depreciação - %		4%

12. CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações a pagar	1.302	1.151
Impostos e encargos sociais a recolher (a)	1.046	2.053
Impostos e contribuições (a)	2.020	828
Fornecedores	907	4.992
Convênio Yelum Seguros (vide nota 19.a)	1.623	3.757
Outras contas a pagar	1.652	2.294
Total	8.550	15.075
Circulante	6.898	12.781
Não circulante	1.652	2.294
Total	8.550	15.075
Tributos diferidos (a)	209	247
Total não circulante	209	247

(a) Impostos e contribuições a pagar:

	31/12/2024	31/12/2023
IOF sobre prêmios de seguros	880	1.595
Imposto sobre serviços retido na fonte	26	129
PIS e COFINS retido na fonte	24	68
Contribuições ao INSS e ao FGTS	60	112
Imposto de renda retido na fonte	49	130
Outros	7	19
Total	1.046	2.053
31/12/2024	31/12/2023	
558	98	
309	-	
385	-	
694	-	
481	457	
287	273	
768	730	

★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR				
31/12/2024		31/12/2023		
Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	
Automóvel	2.444	2.149	2.230	2.181
Demais Ramos	7.717	7.707	5.480	5.480
Rural	1.374	1.027	3.498	3.003
Vida	-	-	304	304
Patrimonial	6.827	5.540	5.913	4.984
Transportes	13	13	1.963	1.963
Total	18.375	16.436	19.388	17.915

Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER				
31/12/2024		31/12/2023		
Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	
Automóvel	4.404	4.125	3.936	3.836
Demais Ramos	6.837	6.837	5.313	5.313
Rural	432	330	3.258	3.044
Vida	-	-	205	205
Patrimonial	6.187	5.022	5.488	4.470
Transportes	(738)	(739)	2.178	2.178
Total	17.122	15.575	20.378	19.046

c. Movimentação:

	PPNG	PSL/PDR	IBNR	IBNER	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	345.682	65.692	19.388	20.378	451.140
(+) Constituições decorrentes de prêmios	136.640	-	-	-	136.640
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(217.831)	-	-	-	(217.831)
(+) Aviso/Reabertura de sinistro	-	103.254	-	-	103.254
(-) Pagamento de sinistros	-	(130.847)	-	-	(130.847)
(+/-) Ajuste de estimativa/Cancelamento de sinistro	-	6.533	(1.013)	(3.256)	2.264
(+) Atualização monetária e juros	-	423	-	-	423
Saldo em 31 de dezembro de 2024	264.491	45.055	18.375	17.122	345.043

15.1. Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31/12/2024	31/12/2023
Total das provisões técnicas (a)	345.043	451.140
(-) Ativos de resseguro	34.098	38.853
(-) Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 7)	-	53
(-) Custos de aquisição diferidos (i)	42.646	48.792
(-) Direitos creditórios (ii)	33.561	56.245
Exclusões (b)	110.305	143.944
(=) Total a ser coberto (c) = (a-b)	234.738	307.196
Bens Vinculados à cobertura das Reservas		
Títulos de renda fixa - privados	53.657	41.021
Títulos de renda fixa - públicos	255.326	285.775
Total Bens Vinculados (d)	308.983	326.796
Bens Não Vinculados à Cobertura das Reservas		
Caixa/Bancos	721	4.606
Outras Aplicações	160.613	162.280
Total Bens Não Vinculados (e)	161.334	166.886
Ativos Totais (f) = (d+e)	470.317	493.682
(=) Suficiência (f-c)	235.579	186.486

(i) Somente são oferecidos os custos de aquisição diferidos já quitados. (ii) Montante correspondente às parcelas a vencer dos componentes dos prêmios a receber e de apólices de risco a decorrer líquido de adicional de fracionamento, custo de apólice, parcelas vencidas e não quitadas ou parcelas de prêmios cedidos em resseguro ou cosseguro. **15.2 Desenvolvimento de sinistros ocorridos:** O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros.

Bruto de Resseguro

	(Em milhares de reais)
Provisão de sinistros judiciais	1.339.778
Provisão de sinistros administrativos Liq. Salvados	15.119.261
(-) IBNR + IBNER	(23.394.294)
Provisão de Sinistros a Liquidar de Anos Anteriores a 2019	51.989.618
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros	45.054.363

Período de Cadastro	Anos Anteriores							Total
	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
No ano de cadastro	3.173.847	68.512	69.750	76.187	73.269	70.123	56.913	56.913
1 ano depois	3.334.216	72.207	73.475	77.569	76.260	72.163	-	72.163
2 anos depois	3.340.734	71.814	73.503	77.491	76.305	-	-	76.305
3 anos depois	3.340.133	71.694	73.433	77.486	-	-	-	77.486
4 anos depois	3.341.546	71.651	73.416	-	-	-	-	73.416
5 anos ou + mais tarde:	3.344.880	71.623	-	-	-	-	-	71.623
Estimativa Acumulada na Data-Base	3.344.880	71.623	73.416	77.486	76.305	72.163	56.913	3.772.786
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	171.033	3.111	3.666	1.299	3.035	2.040	-	-
Sinistros Administrativos - Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-

Período de Cadastro	Anos Anteriores							Total
	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
No ano de cadastro	(2.614.611)	(55.623)	(55.623)	(55.623)	(55.623)	(55.623)	(47.747)	(47.747)
1 ano depois	(3.253.527)	(70.416)	(72.205)	(76.043)	(74.861)	(70.442)	-	(70.442)
2 anos depois	(3.276.481)	(70.598)	(72.356)	(76.246)	(75.000)	-	-	(75.000)
3 anos depois	(3.284.784)	(70.602)	(72.516)	(76.350)	-	-	-	(76.350)
4 anos depois	(3.290.027)	(70.606)	(72.543)	-	-	-	-	(72.543)
5 anos depois	(3.303.037)	(70.704)	-	-	-	-	-	(70.704)
Pagamentos Acumulados na Data-Base	(3.303.037)	(70.704)	(72.543)	(76.350)	(75.000)	(70.442)	(47.747)	(3.715.824)
Passivo Representado no Quadro	41.843	919	873	1.137	1.305	1.720	9.165	56.962
Sinistros Judiciais - Estimativas	-	-	-	-	-	-	-	-

Período de Cadastro	Anos Anteriores							Total
	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
No ano de cadastro	11.615	181	14	55	399	139	411	411
1 ano depois	37.738	723	101	324	1.517	490	-	490
2 anos depois	53.811	936	113	759	1.867	-	-	1.867
3 anos depois	66.613	1.044	458	805	-	-	-	805
4 anos depois	76.156	1.080	583	-	-	-	-	583
5 anos depois	127.200	1.091	-	-	-	-	-	1.091
Estimativa Acumulada na Data-Base	127.200	1.091	583	805	1.867	490	411	132.448
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	115.585	911	569	750	1.468	352	-	-
Sinistros Judiciais - Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-

Período de Cadastro	Anos Anteriores							Total
	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
No ano de cadastro	(3.336)	(14)	(13)	-	(30)	(125)	(177)	(177)
1 ano depois	(13.657)	(389)	(31)	(167)	(228)	(232)	-	(232)
2 anos depois	(24.585)	(623)	(31)	(256)	(1.449)	-	-	(1.449)
3 anos depois	(36.720)	(693)	(337)	(744)	-	-	-	(744)
4 anos depois	(45.848)	(768)	(504)	-	-	-	-	(504)
5 anos depois	(117.053)	(803)	-	-	-	-	-	(803)
Pagamentos Acumulados na Data-Base	(117.053)	(803)	(504)	(744)	(1.449)	(232)	(177)	(120.961)
Passivo Representado no Quadro	10.147	289	79	61	418	258	234	11.487

Líquido de Resseguro

	(Em milhares de reais)
Provisão de sinistros judiciais	1.211.388
Provisão de sinistros administrativos Liq. Salvados	12.550.170
(-) IBNR + IBNER	(22.351.980)
Provisão de Sinistros a Liquidar de Anos Anteriores a 2019	43.907.271
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros	35.316.849

Período de Cadastro	Anos Anteriores							Total
	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
No ano de cadastro	2.634.541	56.870	57.898	63.241	60.819	58.207	47.242	47.242
1 ano depois	2.767.661	59.937	60.990	64.389	63.302	59.901	-	59.901
2 anos depois	2.773.071	59.611	61.013	64.324	63.339	-	-	63.339
3 anos depois	2.772.572	59.512	60.955	64.320	-	-	-	64.320
4 anos depois	2.773.745	59.476	60.941	-	-	-	-	60.941
5 anos ou + mais tarde:	2.776.512	59.453	-	-	-	-	-	59.453
Estimativa Acumulada na Data-Base	2.776.512	59.453	60.941	64.320	63.339	59.901	47.242	355.196
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	141.971	2.583	3.043	1.078	2.520	1.693	-	-
Sinistros Administrativos - Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-

Período de Cadastro	Anos Anteriores							Total
	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
No ano de cadastro	(2.170.332)	(46.171)	(46.171)	(46.171)	(46.171)	(46.171)	(39.634)	(39.634)
1 ano depois	(2.700.682)	(58.451)	(59.936)	(63.122)	(62.140)	(58.473)	-	(58.473)
2 anos depois	(2.719.735)	(58.601)	(60.061)	(63.290)	(62.256)	-	-	(62.256)
3 anos depois	(2.726.627)	(58.605)	(60.194)	(63.376)	-	-	-	(63.376)
4 anos depois	(2.730.980)	(58.609)	(60.216)	-	-	-	-	(60.216)
5 anos depois	(2.741.779)	(58.690)	-	-	-	-	-	(58.690)
Pagamentos Acumulados na Data-Base	(2.741.779)	(58.690)	(60.216)	(63.376)	(62.256)	(58.473)	(39.634)	(3.084.425)
Passivo Representado no Quadro	34.733	763	725	944	1.083	1.428	7.608	47.283

Sinistros Judiciais - Estimativas

Período de Cadastro	Anos Anteriores								Total
	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2024	
No ano de cadastro	10.502	163	12	50	360	125	372	372	
1 ano depois	34.122	654	92	293	1.372	443	-	443	
2 anos depois	48.655	846	102	687	1.688	-	-	1.688	
3 anos depois	60.229	944	414	728	-	-	-	728	
4 anos depois	68.858	977	527	-	-	-	-	527	
5 anos depois	115.011	987	-	-	-	-	-	987	
Estimativa Acumulada na Data-Base	115.011	987	527	728	1.688	443	372	119.756	
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	104.509	823	515	678	1.327	318	-	-	
Sinistros Judiciais - Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	

Período de Cadastro	Anos Anteriores								Total
	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2024	
No ano de cadastro	(3.016)	(13)	(12)	-	(27)	(113)	(160)	(160)	
1 ano depois	(12.348)	(352)	(28)	(151)	(206)	(209)	-	(209)	
2 anos depois	(22.229)	(563)	(28)	(232)	(1.310)	-	-	(1.310)	
3 anos depois	(33.201)	(626)	(305)	(673)	-	-	-	(673)	
4 anos depois	(41								

★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18.2. Variações das provisões técnicas de prêmios: As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação no exercício:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	81.192	(16.288)	64.904	(30.220)	15.230	(14.990)
Total da variação das provisões técnicas	81.192	(16.288)	64.904	(30.220)	15.230	(14.990)

18.3. Sinistros ocorridos: Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel	(25.943)	(32.178)	36%	38%
Demais Ramos	(8.649)	(12.602)	52%	59%
Patrimonial	(38.218)	(45.313)	81%	80%
Rural	(28.034)	(45.453)	38%	50%
Transportes	(3.828)	(37.427)	46%	96%
Vida	-	476	0%	-635%
Total	(104.672)	(172.497)	48%	59%

18.4. Custos de aquisição diferidos:

	Índice de comissionamento	
	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel	(32.497)	(38.465)
Demais Ramos	(5.233)	(5.999)
Patrimonial	(11.592)	(15.131)
Rural	(26.414)	(33.950)
Transportes	(1.603)	(8.313)
Vida	-	(562)
Total	(77.339)	(102.420)

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para data-base 31 de dezembro 2024, sendo mesmo prazo para 31 de dezembro de 2023.

18.5. Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais		
Receita com seguro rural - FESR	6.622	4.607
Total de outras receitas operacionais	6.622	4.607
Despesas operacionais		
Provisão para risco de créditos	880	(695)
Despesas com operação de seguros	(1.786)	(1.428)
Despesas com rastreador	(3)	(6)
Provisões cíveis	(55)	(141)
Total de outras despesas operacionais	(964)	(2.270)

18.6. Resultado com resseguro:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com resseguro	26.543	31.722
Indenizações de sinistros	25.876	30.489
Despesa com sinistros	200	132
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	467	1.101
Despesa com resseguro	(40.889)	(36.904)
Prêmios de resseguros	(29.136)	(51.280)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(13.504)	15.228
Comissões sobre prêmio de resseguro	5.333	(755)
Variação despesa de comercialização diferida	(2.784)	-
Salvados e ressarcidos	(798)	(97)
Outros resultados com resseguro	1.643	5.169
Total de resultado com resseguro	(12.703)	(13)

18.7. Despesas operacionais:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesa convênio com Yelum (vide nota explicativa nº 19.a)	(19.006)	(25.953)
Despesas com pessoal	(772)	(386)
Localização e funcionamento	(750)	(1.088)
Serviços de terceiros	(1.759)	(858)
Depreciação/amortização	(134)	(208)
Publicidade e propaganda	(15)	(15)
Outras	(46)	(1.314)
Total	(22.482)	(29.822)

18.8. Despesas com Tributos:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	(799)	(1.123)
COFINS	(4.922)	(6.911)
Taxa de fiscalização	(2.206)	(1.909)
Outras	(226)	(753)
Total	(8.153)	(10.696)

18.9. Resultado financeiro:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	65.139	58.472
Rendimentos títulos da dívida pública	39.532	32.660
Rendimentos CDB	332	4.623
Rendimentos fundos de investimentos - não exclusivos	-	3
Rendimentos debêntures	4.462	5.650
Receitas com operação de seguros	435	536
Atualização monetária	13.316	15.099
Outras receitas financeiras	7.062	(99)
Despesas financeiras	(14.263)	(16.190)
Despesas com operação de seguros	(791)	(397)
Atualização monetária	(13.252)	(15.501)
Outras despesas financeiras	(220)	(292)
Total de resultado financeiro	50.876	42.282

18.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos e participações	48.998	23.164	48.998	23.164
Resultado antes da tributação sobre o lucro	48.998	23.164	48.998	23.164
Diferenças temporárias	(267)	7.662	(267)	7.662
Diferenças permanentes	657	(440)	657	(440)
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízos	49.388	30.386	49.388	30.386
Compensação de prejuízos	(14.817)	(9.380)	(14.817)	(9.380)
Resultado fiscal do exercício	34.571	21.006	34.571	21.006
Tributos calculados pelas alíquotas nominais (nota 3.11)	(8.619)	(5.448)	(5.185)	(3.283)
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(3.771)	(429)	(2.263)	(258)
Credito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa	3.704	2.345	2.222	1.407
Incentivos fiscais	372	263	-	-
Encargos sobre o lucro/(prejuízo) do exercício (1)	(8.314)	(3.269)	(5.226)	(2.134)
Alíquotas efetiva (%)	-17%	-11%	-11%	-7%

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, as seguintes empresas do grupo: Yelum Seguros S.A., Fácil Assist Serviços de Assistência 24 horas Ltda., conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. (a) Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Custo compartilhado:				
Yelum Seguros S.A. (i)	-	1.623	-	3.757
Fácil Assist Serviços de Assistência 24 horas Ltda. (ii)	-	16	19	(202)
Transações de cosseguro:				
Yelum Seguros S.A. (i)	26.368	60.831	54.756	107.708
Transações de resseguro:				
Hannover Ruckversicherung Ag (iii)	1.979	1.902	-	-
Total	28.347	64.372	54.756	111.484

(i) Corresponde ao rateio de despesas entre a Yelum Seguros S.A. e a Indiana Seguros S.A. e as operações de cosseguro. (ii) Referem-se às transações de despesas administrativas e ao fornecimento de serviço de assistência. (b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria, a ser distribuída entre estes conforme deliberado em Reunião de Diretoria, observada a legislação vigente. Durante o exercício de 2024 não houve pagamento de remuneração do pessoal-chave da Administração. (c) **Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades Seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri
CEO

Reinaldo Amorim Lopes
CFO

Marcos Machini
Diretor Vice-Presidente

Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Diretora Vice-Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach
Presidente do Conselho

Nicolas Masjuan
Vice-Presidente do Conselho

Maximiliano Javier Casas Sanchez
Conselheiro

CONTADOR

Rogério do Nascimento
CRC 1SP259014/O-4

ATUÁRIA

Mirela Barboza Pontes
MIBA 1916

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcos Machini
Diretor Vice-Presidente

DIRETOR RESPONSÁVEL CONTROLES INTERNOS

Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Diretora Vice-Presidente

COMITÊ DE AUDITORIA

Maria Salete Garcia Pinheiro

Nicolas Masjuan

Maximiliano Javier Casas Sanchez

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da HDI Seguros S.A.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Indiana Seguros S.A. - São Paulo - SP - CNPJ: 61.100.145/0001-59. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação, para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

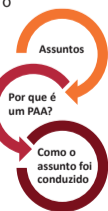
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP Corporate Tower
Torre Norte andar 6 conj 61, Vila Nova Conceição, 04543-907, São Paulo
CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2.043

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Indiana Seguros S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Indiana Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.7, 3.8 e 15)	Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Em conjunto com nossos especialistas na área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos, quando aplicável, com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR, PSL e IBNeR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.



★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

www.indianaseguros.com.br


Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>